



**Fecomércio PE**

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

**Boletim Conjuntural**  
**Outubro | 2018**

# Boletim Conjuntural

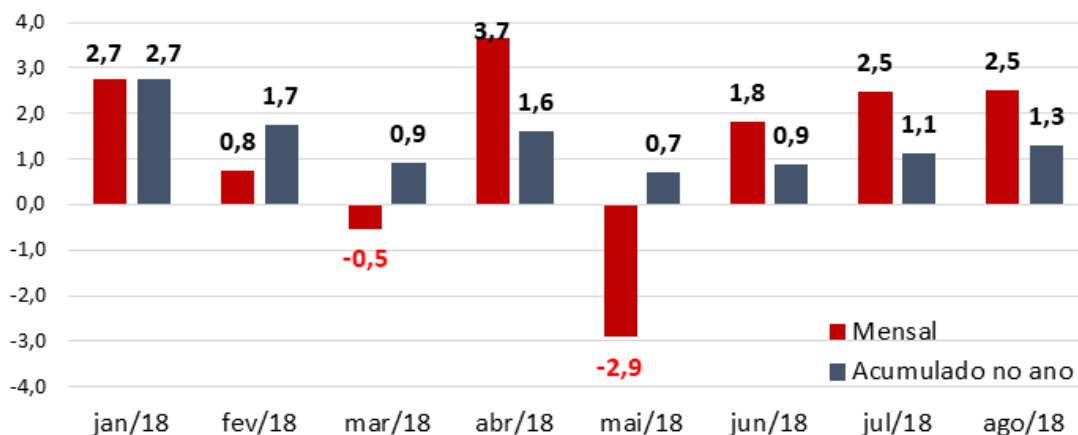
## Outubro | 2018

### 1. CONJUNTURA NACIONAL

O desempenho econômico do Brasil tem sido, ao longo do ano de 2018, ainda insatisfatório para um país que acumula quatro anos de estagnação, recessão e lento crescimento. Os indicadores econômicos revelam um lento processo de recuperação. De fato, a evolução do Índice de Atividade Econômica (IBC-BR), mensal e acumulado no ano, que serve de antecipação da

variação do PIB – **Gráfico 1** – informa sobre o desempenho global da economia brasileira. Tendo-se como base de comparação o nível de produção do mesmo período do ano anterior, os resultados indicam significativas oscilações ao longo de 2018. Registra-se, no resultado acumulado do ano (até agosto), uma elevação de apenas 1,3%.

**GRÁFICO 1 - Brasil: taxas de variação, mensal e acumulada no ano, do Índice de Atividade Econômica (IBC-BR), em %, janeiro/2018 a agosto/2018 (base: mesmo período do ano interior)**



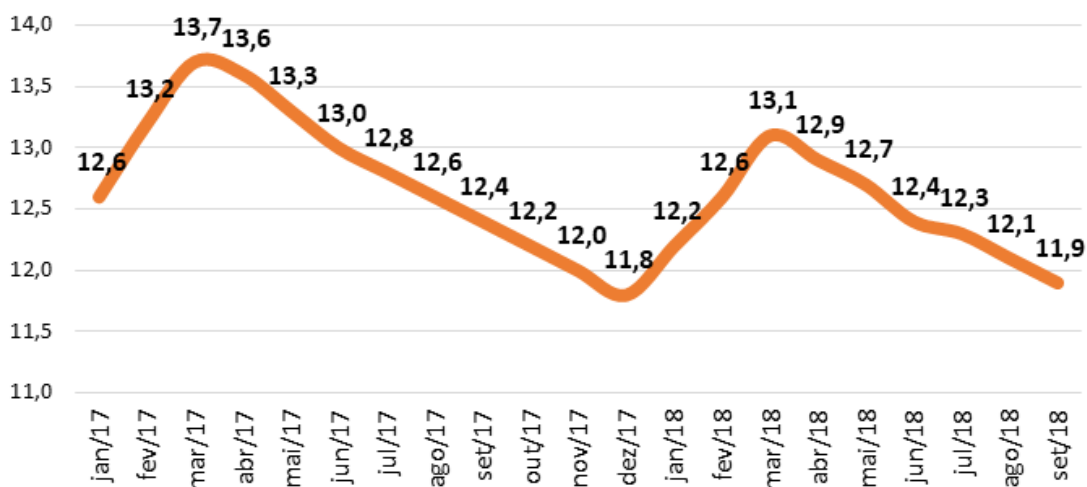
Fonte: Bacen. Elaboração CeplanMulti

Nesse contexto, estima-se para o ano de 2018 um crescimento do PIB brasileiro de 1,36% (mediana das projeções do mercado) segundo o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central, em 26/10/2018. Portanto, um panorama completamente distinto do que prevalecia no início deste ano, quando havia expectativas de crescimento econômico na faixa de 3%. Dessa forma, o país completa – ao final deste ano – cinco anos seguidos de mal desempenho econômico, tendo como consequência uma expressiva redução

da renda per capita do brasileiro e o agravamento do quadro social.

Informações sobre o mercado de trabalho do país, apesar de indicarem recuo do nível de desocupação no período mais recente, também não são muito animadoras. Dados da PNAD Contínua/IBGE mostram que, no trimestre móvel jul-ago-set de 2018, a taxa de desemprego alcançou 11,9% depois de ter atingido um nível mínimo de 11,8% no último trimestre de 2017 – **Gráfico 2**.

**Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - janeiro/2017 a setembro/2018**



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Portanto, o quadro de desemprego permanece evidenciando que estamos ainda acumulando elevados custos sociais em decorrência do longo período de duração da crise. Afinal, são 12,5 milhões de pessoas tentando encontrar algum tipo de ocupação que lhes garanta alguma renda no mercado de trabalho. Ademais, se acrescentamos o contingente de pessoas desocupadas que desistiram de procurar trabalho – os desalentados (4,8 milhões) – temos um total

de 17,3 milhões de pessoas. Sem dúvida, um número que equivale a quase o dobro da população do estado de Pernambuco (estimada em 9,5 milhões de pessoas).

A alta taxa de desemprego é, em parte, influenciada pelo aumento da população economicamente ativa, que passou de 104,2 milhões de pessoas em agosto de 2017 para 104,8 em agosto de 2018 – um crescimento absoluto de 600 mil pessoas. Em

contraposição, o número de **pessoas ocupadas** no trimestre encerrado em agosto de 2018 (92,1 milhões) é mais alto do que o observado no trimestre correspondente de 2017 (91,1 milhões). Portanto, nota-se um saldo positivo de um milhão de pessoas ocupadas no período, embora metade (500 mil) envolva ocupações informais (conta própria).

Em linha com tais resultados, informações oriundas do Ministério do Trabalho (CAGED) revelam um número de admissões em postos formais de trabalho superior ao de demissões, no resultado acumulado do ano de 2018 (janeiro a setembro) – saldo positivo de setecentos e dezenove mil empregos, como indicado na **Tabela 1**.

**Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal janeiro-setembro/2017, setembro/2018 e janeiro-setembro/2018**

SUBSETOR	JAN/17-SET/17	SET/18	JAN/18-SET/18
Agropecuária	110.797	-2.688	86.051
Indústria Extrativa	-1.777	403	2.845
Indústria de Transformação	85.970	37.449	136.271
SIUP	-1.053	1.091	10.098
Construção	-22.548	12.481	80.135
Comércio	-73.297	26.685	-46.841
Varejo	-82.740	22.506	-67.682
Atacado	9.443	4.179	20.841
Serviços	130.369	60.961	436.865
Adm, técnicos e profissionais	34.981	25.872	157.402
Saúde	46.680	6.997	75.656
Ensino	69.235	6.537	96.714
Alojamento e Alimentação	-11.689	13.168	54.810
Transportes e Comunicações	3.490	6.561	45.571
Outros serviços	-12.328	1.826	6.712
Administração Pública	18.082	954	13.665
<b>Total</b>	<b>246.543</b>	<b>137.336</b>	<b>719.089</b>

Fonte: Caged/MTE.

(\*) Saldo ajustado, considerando as informações de movimentação fora do prazo até novembro/2017.

Fica evidente que, mesmo sendo positivo – não acumulado do ano – o saldo entre admissões e desligamentos, o mercado de trabalho ainda não carrega o dinamismo necessário para fazer significativo contraponto ao enorme contingente de mais de dezessete milhões de pessoas, formado por aqueles que procuram trabalho e não encontram (“desemprego aberto”) e pelos desocupados que desistiram de procurar algum tipo de ocupação, os desalentados. Sem dúvida, uma situação que contribui para agravar ainda mais os desequilíbrios sociais do país.

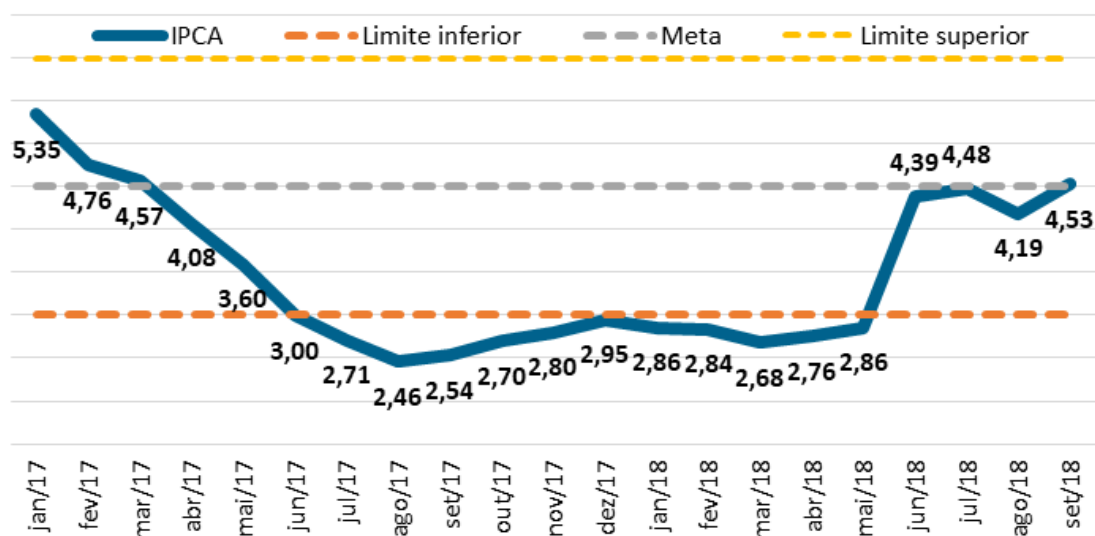
Para completar o cenário da conjuntura econômica nacional incorporem-se elementos concernentes a inflação. Assinale-se que relativa estabilidade permanece como traço central da trajetória de inflação, desde o pico de 10,67% em 2015. Com efeito, os indicadores de inflação vem se mantendo em patamares baixos, inclusive já tendo absorvido eventuais ondas de transmissão advindas do choque de abastecimento de maio, provocado pela suspensão de serviços de transporte rodoviário. Certamente o indicador oficial de inflação deverá, este ano, se situar um pouco acima do antes projetado, mas sem se situar muito além do centro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%). Registre-se que desde o segundo semestre de 2017 a variação do IPCA acumulado de 12 meses vinha registrando, a cada mês, valores abaixo do limite inferior da meta do Banco Central (3,0%) – ver **Gráfico 3**. Entretanto, em setembro último tal indicador chegou a 4,53%; o que reflete – principalmente

– itens do grupo de transportes (alta de 1,69%), como combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel tiveram variações elevadas, de quase 4,0% a perto de 7,0%) e passagens aéreas (18,61% em setembro, depois de variação negativa no mês anterior). De todo modo, a inflação deverá encerrar o ano ancorada em torno do centro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%)<sup>1</sup>.

Portanto, apesar do referido aumento do IPCA no período junho/setembro, permanece relativamente baixo o patamar de inflação, o que contribui para manutenção de uma taxa básica de juros inferior ao histórico padrão brasileiro. Um cenário ainda relativamente confortável. O que poderia ser um fator perturbador do cenário de inflação seria um eventual recrudescimento de desvalorização cambial associado ao panorama internacional e a fatores internos, particularmente no campo político. Neste caso, o processo eleitoral, concluído em 28/10, teve como reação interna uma redução da taxa de câmbio, aliviando um movimento anterior de ascensão e, portanto, de desvalorização cambial. Isso se dá a despeito de ainda não haver plena clareza a respeito dos propósitos do novo governo para a economia. Todavia, o chamado “mercado” espera um compromisso de saneamento das contas públicas no contexto do qual é relevante a reforma da previdência. O humor da economia, nestes primeiros momentos do já anunciado período de transição vai depender de ações concretas que sejam anunciadas pelo futuro Ministro da Economia.

<sup>1</sup>Conforme “Inflação pelo IPCA sobe para 0,48% em setembro”. Agência Brasil. Publicado em 05/10/2018 - 09:17, Por Vinícius Lisboa - Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-10/inflacao-pelo-ipca-tem-alta-de-048-em-setembro> [acesso em 29/10/2018].

Gráfico 3 - Brasil: Meta SELIC, IPCA acumulado em 12 meses, em % - janeiro/2017 a setembro/2018

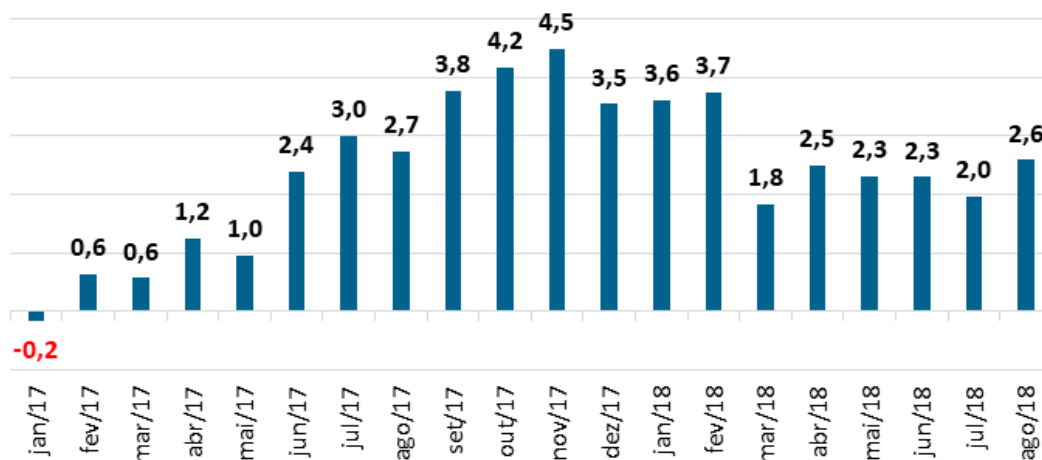


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nesse ambiente de baixa inflação, combinado com algum aumento da população ocupada, a massa real de salários também registra variação positiva. Com efeito, esse agregado - massa real de salários - vem se mantendo superior à do ano anterior desde fevereiro de 2017 (**Gráfico 4**), conforme dados do IBGE. Em setembro de 2018,

último resultado divulgado, a variação real da massa de salários cresceu 2,6% em comparação com o patamar de setembro de 2017. Como se sabe, essa é uma variável essencial para sustentação do nível de consumo agregado e, portanto, para o desempenho dos segmentos de comércio e de prestação de serviços.

**Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - janeiro/2017 agosto/2018 (base: mesmo período do ano anterior)**



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

Destaque-se, também, que cenário de inflação baixa e controlada é, em geral, fator favorável a investimentos e, conseqüentemente, deveria contribuir para que o país avançasse na direção de um melhor desempenho econômico. Contudo, a falta de confiança de agentes econômicos, na condução política do país e em eventual implantação das necessárias reformas estruturais – em especial nas áreas fiscal e previdenciária – atuavam em direção contrária. Tal incerteza sempre esteve em parte associada ao ambiente político no país, sacudido por um turbulento processo eleitoral. O resultado das eleições vêm gerando certo alívio entre os agentes econômicos. De fato, foi eleito o candidato que detém a confiança do “mercado” e que despontava como favorito a ganhar o pleito. A taxa de câmbio, que alcançou R\$ 4,12 em setembro, opera atualmente com menos de R\$ 3,70 por dólar. O desempenho da Bolsa de Valores também vem apresentando expressivo crescimento, estando já próxima de romper a barreira dos 90 mil pontos. Espera-se que o otimismo do “mercado” se amplie com

ações que venham a ser anunciadas no período de transição governamental que se inicia e com medidas concretas a partir do início do próximo ano.

Contudo, o resultado global da economia para este ano, todavia, deverá permanecer muito distante daquilo que o país necessita para se superar a profunda crise que se arrasta desde 2014, e assim reduzir o alto custo social acumulado. Espera-se um fraco desempenho da economia do país em 2018 com uma elevação do PIB um pouco acima de 1% – a estimativa mais recente sendo de 1,36%, como já mencionado. Ou seja, é muito pouco para uma economia que cresceu apenas 1,0% em 2017. Será, ainda, a confirmação de uma trajetória de cinco anos consecutivos de estagnação, recessão e lento crescimento. Resta esperar que a percepção do “mercado” – agora apoiada no resultado eleitoral – seja de fato correta e a economia brasileira, a partir do próximo ano, venha a vivenciar um período de crescimento significativo e sustentável.

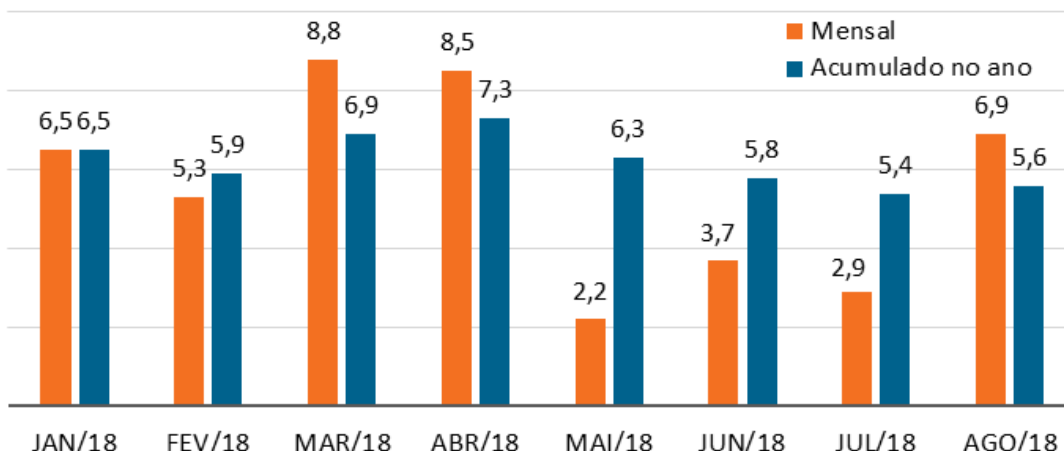
### Comércio varejista: desempenho mantém-se positivo em 2018

A partir dessa seção – e ainda no plano de análise com corte nacional – incorporam-se informações sobre o comércio varejista brasileiro, consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: varejo (sentido restrito), conforme o que usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O desempenho mensal e o indicador acumulado do ano do volume de vendas do **varejo ampliado** – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito – são apresentados no **Gráfico 5**. Analogamente, no **Gráfico 6**, tem-se a trajetória mensal e o

indicador acumulado do varejo restrito no ano.

O volume mensal de vendas do varejo ampliado no país, nos oito primeiros meses do ano, continua superior ao observado nos meses correspondentes de 2017 (Gráfico 5). O desempenho observado no mês de agosto volta aos patamares registrados nos meses iniciais do ano – depois de três resultados de crescimento mais modesto, em parte como efeito do movimento grevista dos caminhoneiros. No que se refere ao desempenho acumulado do ano (janeiro a agosto), em comparação com o mesmo período do ano passado, as variações são todas expressivamente positivas, embora se verifique crescimento menos intenso nos dois meses mais recentes, mesmo assim em patamar bastante significativo: 5,4% em julho e 5,6% em agosto.

Gráfico 5 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % - janeiro/2018 a agosto/2018



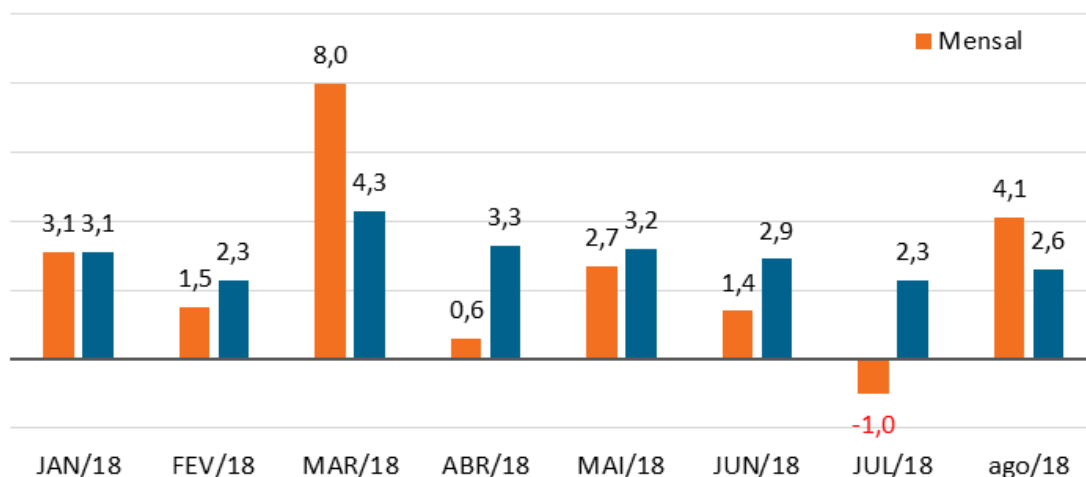
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.



No que diz respeito ao desempenho do varejo restrito, isto é, não considerados os segmentos de veículos e de material de construção, as variações tanto mensais quanto acumuladas também se mantêm no campo positivo, com exceção do desempenho mensal de julho (-1,0%). Entretanto, são variações, em geral, bem abaixo das referidas para o varejo ampliado. O desempenho acumulado neste ano (janeiro a agosto) é de 2,6% (**Gráfico 6**)

– substancialmente inferior ao desempenho do varejo ampliado (5,6%); o que pode ser explicado pelo desempenho diferenciado do segmento de veículos. Contudo, pode-se afirmar que o varejo, tanto ampliado quanto restrito, continua evoluindo positivamente, em ritmo superior ao observado no ano passado e com taxas superiores às assinaladas para o crescimento do PIB do país.

**Gráfico 6 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro/2018 a agosto/2018**



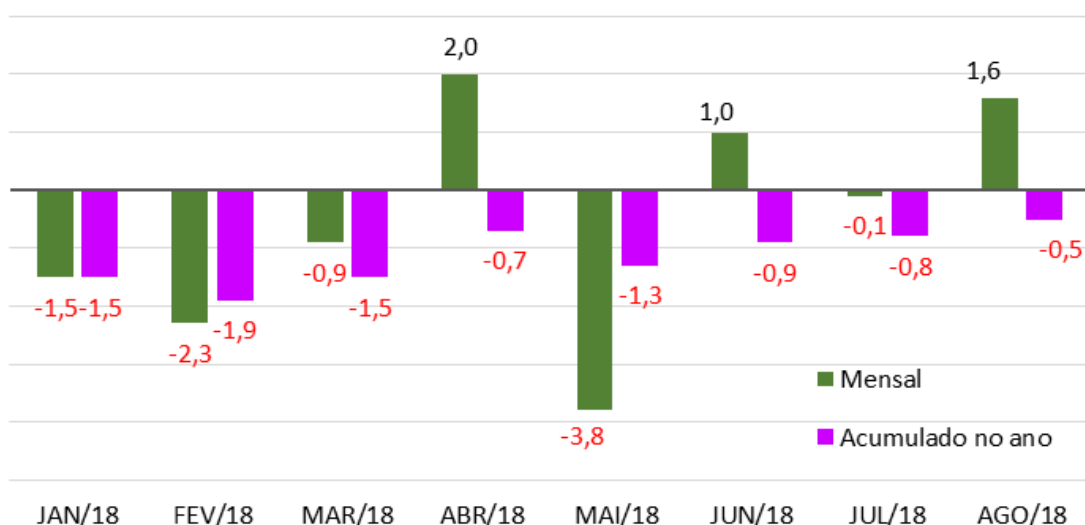
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

### **Serviços: desempenho permanece negativo no resultado acumulado do ano**

O setor de prestação de serviços – objeto desta seção – continua apresentando um insatisfatório desempenho em 2018. Em que pesem três resultados mensais positivos – 2,0% em abril; 1,0% em junho; e 1,6% em agosto – as cinco outras variações mensais (janeiro, fevereiro, março, maio e julho) são negativas. Nesse contexto, o indicador do desempenho acumulado do ano apresenta declínio em todos

os meses do ano (**Gráfico 7**). Portanto, ao longo de 2018, o volume de prestação de serviços registra um desempenho continuamente aquém dos resultados acumulados observados no ano passado. Trata-se de prolongada contingência de uma crise econômica que persiste em rota lenta e instável de recuperação: as atividades de serviços, no agregado, continuam apresentando desempenho negativo, todavia notando-se uma trajetória de queda menos intensa nos últimos quatro meses até agosto.

**Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro/2018 a agosto/2018**



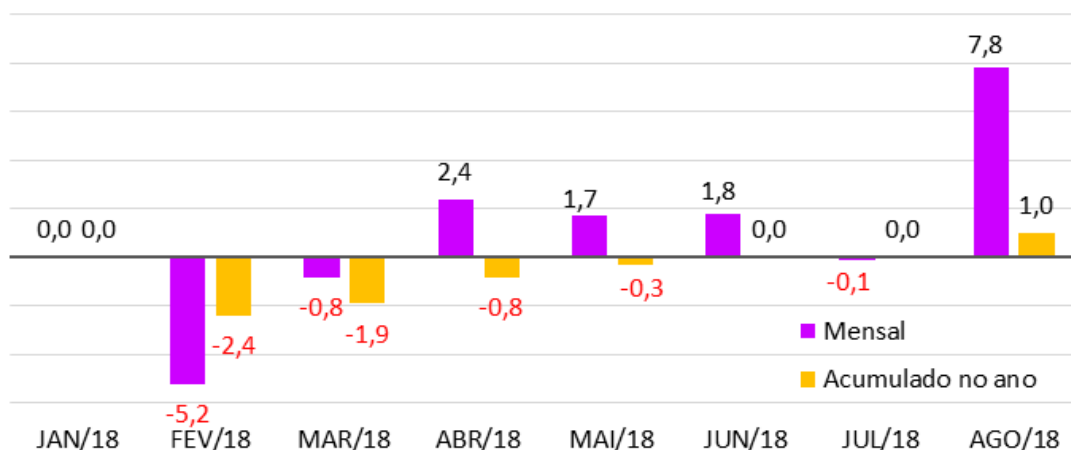
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

### **Turismo: primeiro resultado positivo no desempenho acumulado do ano**

Particulariza-se, nesta seção, o segmento de Turismo – um conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem especial relevância, particularmente quando uma acentuada desvalorização cambial desvia demanda por destinos externos para destinos no território nacional, redescobrando-se acervos culturais e paisagísticos do país. Tal movimento, todavia, depende da renda disponível de segmentos sociais que costumemente realizam esse tipo de consumo. Por outro lado, a moeda desvalorizada pode também atrair turistas do exterior, o que contribui positivamente para a balança comercial brasileira. No entanto, nem sempre se dispõe de dados consistentes a respeito dessa inter-relações, o que também exige certo tempo de observação.

Na prolongada crise econômica da qual a saída tem sido ainda muito lenta – como sempre assinalado na série de Boletins do Instituto Fecomércio – os serviços de Turismo vêm registrando desempenho negativo no país há bastante tempo. Todavia, o resultado mensal de agosto foi bastante expressivo – alta de 7,8% em relação ao mês de agosto de 2017. Esse resultado, juntamente com as variações mensais positivas registradas nos meses de abril, maio e junho, explica a primeira variação positiva (1,0%) no desempenho acumulado do ano (janeiro a agosto de 2018, em comparação com igual período de 2017), conforme ilustrado no **Gráfico 8**. O volume de serviços prestados no segmento de turismo torna-se positivo, depois de uma longa rota de desempenho sistematicamente negativo. Portanto, deve-se esperar algum tempo para se avaliar com segurança se se trata de um movimento de efetiva recuperação, ou se é uma variação conjuntural, sem o necessário folego para compor uma trajetória de efetivo crescimento do volume de serviços de turismo no país.

Gráfico 8 - variação mensal e variação acumulada no ano do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % - janeiro/2018 a agosto/2018



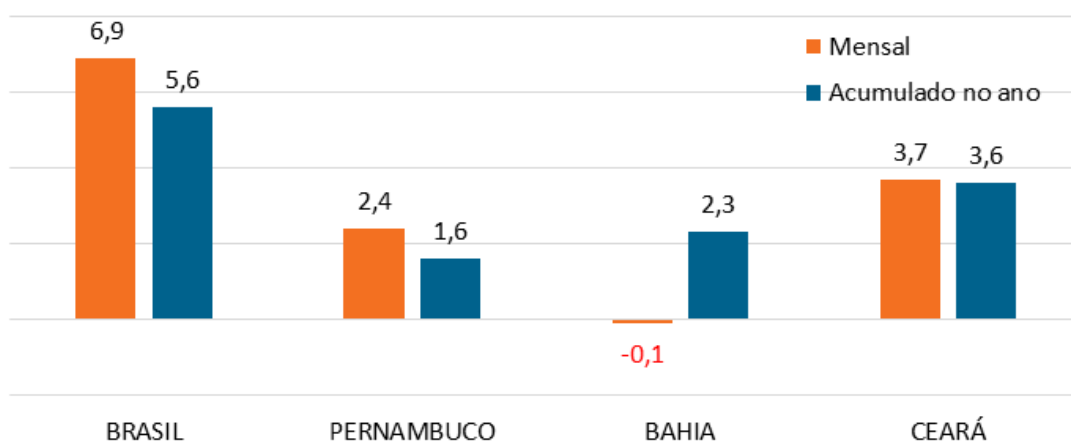
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

## 2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM AGOSTO DE 2018: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Como ocorre nas diversas edições mensais do Boletim Conjuntural do Comércio Varejista e dos Serviços de Pernambuco, o estado passa a ser – nesta seção e na seguinte – o objeto central da análise, incluindo-se esforços de contextualização nos planos nacional e regional. Inicialmente, examina-se o desempenho mensal e o acumulado, em 2018, do comércio varejista de Pernambuco, no contexto regional e nacional, conforme ilustrado nos **Gráficos 9 e 10**, respectivamente para o varejo ampliado e o restrito. Trata-se de dados relativos aos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará; ademais, considera-se o resultado agregado para o país.

Assinale-se que a variação do volume de vendas do **varejo ampliado** em Pernambuco segue positiva (1,6%), no que se refere ao desempenho acumulado do ano (janeiro a agosto). Entretanto, é um desempenho aquém do observado nos demais territórios aqui considerados; principalmente quando a comparação é feita com o varejo ampliado nacional. No que diz respeito ao resultado mensal, observa-se uma variação positiva (2,4%) no mês de agosto, porém ainda inferior ao desse mesmo segmento no contexto nacional (5,6%).

Gráfico 9 – Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado, em % - janeiro-agosto2018 (base: mesmos períodos/2017)

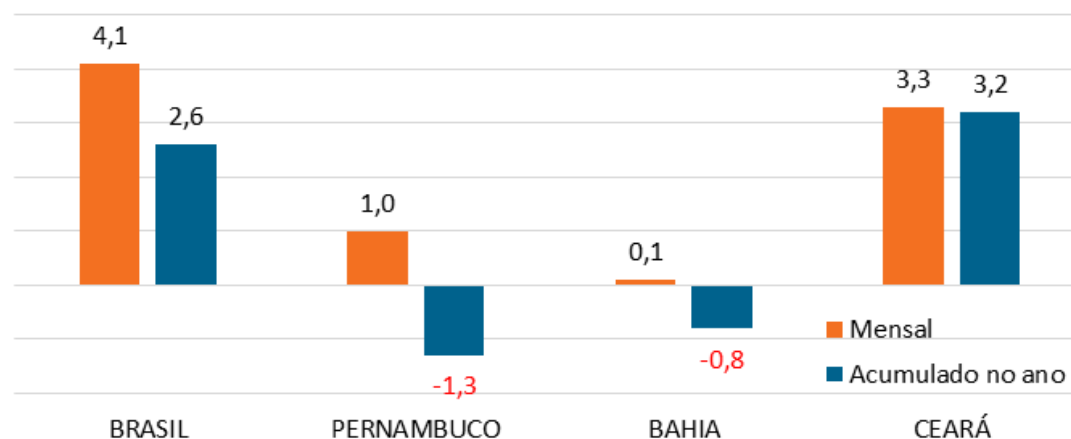


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Quando a análise se volta para o comportamento do varejo propriamente dito – retirados os segmentos de veículos e construção – Pernambuco revela desempenho ainda mais frágil. De fato, as variações no volume de vendas do estado de Pernambuco são negativas no resultado acumulado do ano (-1,3%). E no índice mensal referente ao mês de agosto o crescimento foi de apenas 1,0%. No país como um

todo nota-se uma variação positiva no índice acumulado do ano de 2,6% e o resultado mensal mostra uma elevação ainda maior (4,1%), como registrado no **Gráfico 10**. Reitere-se que o melhor desempenho do varejo ampliado é explicado pelo efeito positivo do segmento de veículos sobre o desempenho global do comércio varejista.

Gráfico 10 – Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % - janeiro-agosto2018 (base: mesmos períodos/2017)

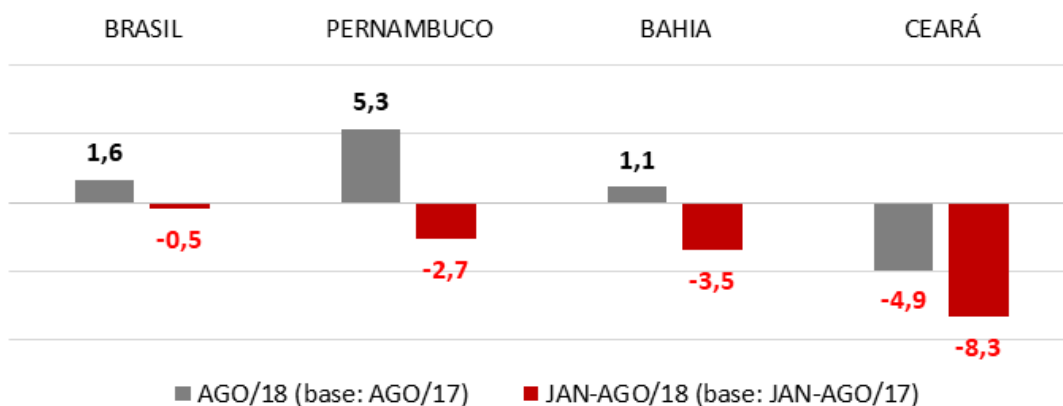


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Por outro lado, o cenário relativo ao volume de serviços prestados é diferente – ver **Gráfico 11**. Em Pernambuco, esse volume decresce no resultado acumulado do ano (-2,7%), tendo-se por base janeiro/agosto do ano passado. Portanto, declínio mais intenso do que o observado para o país como um todo (-0,5%). Contudo, no desempenho mensal o estado pernambucano revela a maior variação entre os territórios analisados; crescimento de 5,3%, contra uma elevação de apenas 1,6% na média do país, 1,1% na Bahia e variação negativa no Ceará (-4,9%).

São resultados que ainda revelam dificuldades no âmbito do setor de serviços. Entretanto, o resultado mensal de agosto pode ser um sinal de que a variação positiva na renda das famílias começa a impulsionar a retomada de negócios no segmento de serviços. Por outra via, a persistência de desempenho acumulado ainda negativo parece indicar que alguns gastos familiares estão sendo adiados por conta da permanência de incertezas à frente no âmbito da política e da economia.

**Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % agosto e acumulada do ano/2018 (base: mesmos períodos/2017)**

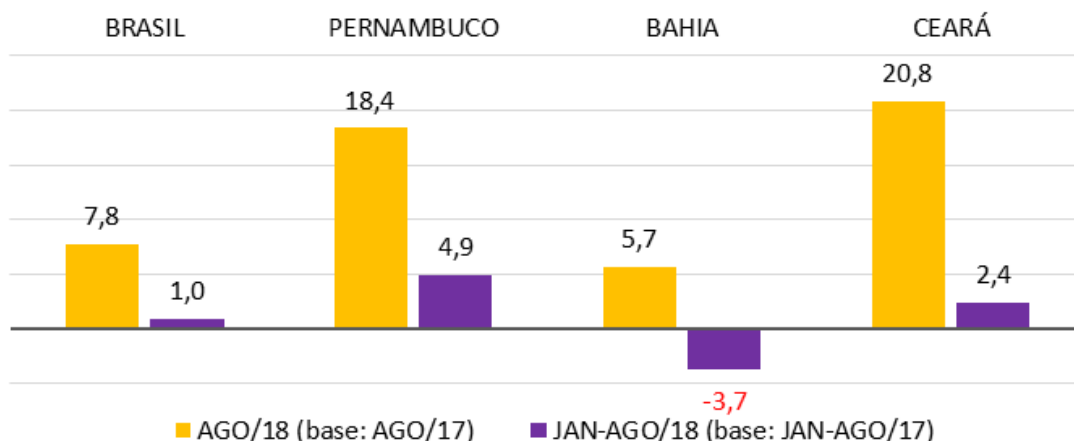


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Saliente-se que quando se incorpora à abordagem setorial a particularização do segmento de turismo, também considerados os três principais estados nordestinos e o país como um todo, observa-se desempenho positivo em Pernambuco (**Gráfico 12**), tanto no indicador mensal quanto no acumulado do ano (janeiro a agosto): 4,9% no acumulado e 18,4% no resultado mensal. Portanto, Pernambuco continua registrando desempenho acima do observado

no país como um todo nos dois indicadores. Ademais, nas atividades associadas a turismo o desempenho acumulado de Pernambuco segue substancialmente superior ao observado nos demais espaços territoriais considerados neste Boletim. Não obstante, o índice mensal de agosto relativo ao estado do Ceará revela variação positiva um pouco mais elevada do que a registrada para Pernambuco: 20,8% vis-à-vis 18,4%.

Gráfico 12 - Brasil, PE, BA e CE: variação mensal e acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - agosto e janeiro-agosto/2018 (base: mesmo período2017)



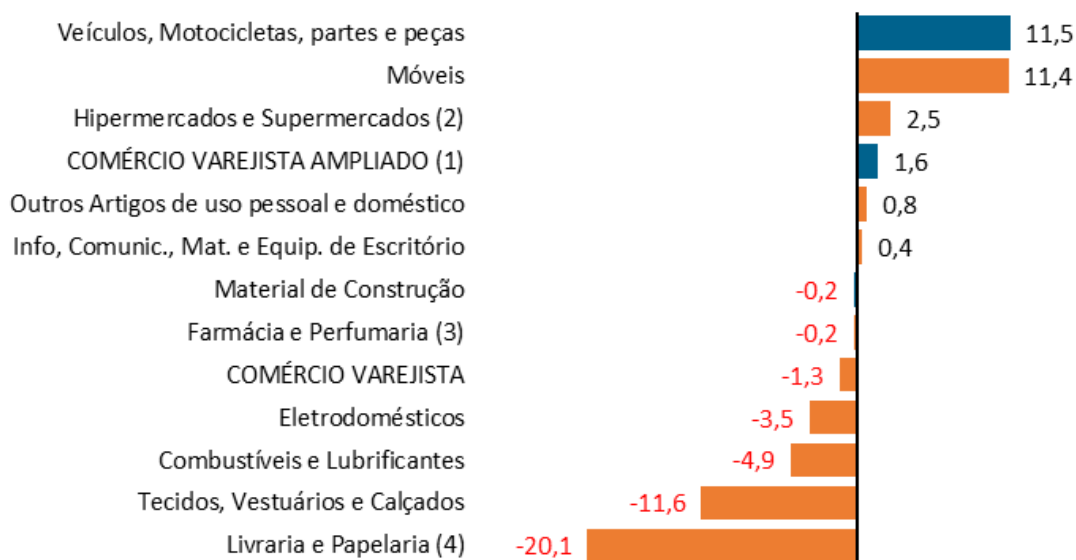
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Mult

### 3. COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PERNAMBUCO: DESEMPENHO CONFORME TIPOS ESPECÍFICOS DE ATIVIDADE

Nesta seção, como é praxe na série do Boletim Fecomércio, detalham-se informações conforme atividades específicas do comércio e da prestação de serviços. Em relação ao comércio varejista, trata-se de dados sobre o volume de vendas – indicador acumulado de 2018 (janeiro-agosto), comparativamente ao mesmo período de 2017 – para cada um dos onze grupos de atividades componentes do varejo, o que está contemplado no **Gráfico 13**, repetindo-se a menção aos

resultados agregados do setor: varejo restrito (-1,3%) e varejo ampliado (1,6%). Observa-se que seis dos onze grupos específicos que compõem o comércio varejista registram variações positivas em 2018, enquanto os demais registram variações negativas. Entre as positivas, os destaques são: veículos, motocicletas, partes e peças (11,5%); e móveis (11,4%). Entre as negativas: livraria e papelaria (-20,1%); tecidos, vestuários e calçados (-11,6%).

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Comércio Varejista, em % - janeiro-agosto/2018 (base: janeiro-agosto2017)

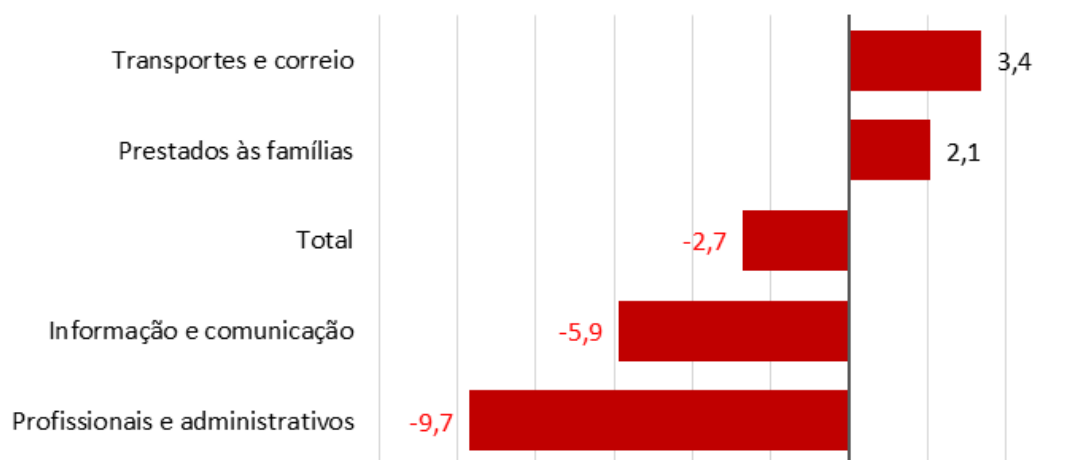


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que concerne ao segmento de prestação de serviços (**Gráfico 14**), também é útil que primeiro se renove o registro de que, no agregado, a retração da atividade econômica nesse segmento, em 2018, chegou a -2,7%. O detalhamento revela que os grupos representados por 'serviços prestados às famílias' e 'transportes e correio' revelam desempenho positivo: respectivamente 2,1% e 3,4%. Para os outros dois agrupamentos, as variações no volume de vendas são

negativas: 'Informação e Comunicação' (-5,9%); e 'Profissionais e administrativos' (-9,7%). Em síntese, embora dois dos quatro grupos ofereçam resultados positivos, tal contribuição não foi suficiente para reverter o desempenho global negativo. Trata-se de resultados que, qualitativamente, são similares aos observados em Boletins anteriores, sinal desalentador da recuperação do segmento de prestação de serviços.

Gráfico 14 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços por Atividade, em % - janeiro-agosto2018 (base: janeiro-agosto/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.



## 4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Tem sido reafirmado, em mais de uma edição deste Boletim do Instituto Fecomércio, que o país precisa de concertação política, dada a necessidade premente de se fazer reformas estruturais cuja urgência vai se tornando cada vez mais clara. Atravessamos um período em que o ambiente eleitoral se caracterizou por intensa polarização, combinada com insuficiente informação sobre o que se pretendiam fazer na área econômica, em caso de vitória, as principais forças concorrentes. Pois bem, o 28/10 nos trouxe um resultado que está sendo interpretado como mais próximo de um caminho que leve a esperadas reformas. Todavia, teremos que esperar a composição do novo governo, em particular os postos centrais da área econômica, e informações mais precisas sobre como o novo governo pretende enfrentar o déficit fiscal e acelerar a lenta recuperação da economia brasileira. Enquanto isso, não haverá surpresa se continuar volátil o comportamento do câmbio, seja por conta de fatores internos ou por fatores vinculados ao panorama internacional.

O ritmo de recuperação da economia deverá continuar lento e o crescimento em 2018 será inevitavelmente modesto, até porque restam apenas dois meses para encerramento do ano.

Como visto neste Boletim, a estimativa mais recente aponta para uma elevação de apenas 1,36% do PIB, conforme o Boletim Focus do Banco Central de 26/10/2018. Para 2019 e anos seguintes, o número ronda os 2,5% – estimativa que poderá se elevar se forem reduzidas incertezas, e as esperadas reformas sejam acordadas e implementadas.

O mercado de trabalho permanece refletindo a lenta recuperação da economia, com decréscimo da taxa de desocupação da força de trabalho, embora a última medição trimestral, pela PNAD

Continua – 11,9% em julho-setembro deste ano, o equivalente a cerca de 12,5 milhões de pessoas em contingência de plena desocupação – se aproxime do mínimo de 11,8% de outubro-dezembro de 2017. Consolida-se uma trajetória de persistente redução do desemprego, desde o novo pico em janeiro-março deste ano (13,1%). O problema é que tal ritmo é ainda insatisfatório para atenuar o custo social representado por um conjunto tão amplo de pessoas em situação de “desemprego aberto”, muitas de longa duração com períodos variando de seis meses a um ano à busca de trabalho. A isso se soma o volume de 4,8 milhões de trabalhadores que foram identificados como desalentados – no terceiro trimestre de 2018, repetindo-se o pico histórico do segundo trimestre (abril-junho).

É verdade, por outro lado, que o número líquido de criação de empregos formais, em janeiro-setembro 2018 (719 mil postos de trabalho), é quase três vezes o observado nos mesmos nove meses do ano passado. É o mercado de trabalho, mesmo que lentamente, revelando que há potencial para aceleração do ritmo de retomada, assim que amarras institucionais sejam removidas e/ou se eliminem as incertezas, revertendo as expectativas e liberando as forças que ampliem a capacidade de crescimento da economia.

A esse respeito, nunca é demais se reiterar o papel positivo representado por inflação sob controle, taxa básica de juros em patamar historicamente baixo, e elevadas reservas internacionais. Mantendo-se a política cambial, e considerado o nível de reservas, tem-se margem de manobra para que a taxa de câmbio evolua sem grandes oscilações. Ademais, destaque-se que inflação sob controle significa manutenção da do valor real da massa de salários, requisito essencial para ampliação do volume de negócios

nos segmentos de comércio e de prestação de serviços, locus econômico onde o consumo das famílias se materializa.

Por outro lado, mesmo diante de governo fragilizado e prestes a concluir o mandato, como o atual, o fato da gestão econômica ter conduzido o país a resultados positivos contribuem para preservar pilares favoráveis a uma recuperação mais rápida da economia. Informações recentes dão conta de que, nos 12 meses terminados em setembro 2018, o déficit do setor público situou-se em R\$ 87,8 bilhões – bem inferior ao projetado para o ano (R\$ 163 bilhões). Embora o fantasma da dívida pública seja preocupante (acima de 75% do PIB), tal fato aponta para a importância de se disciplinar gastos, o desafio sendo fazê-lo sem impor custos às áreas de saúde, educação e segurança.

O novo governo precisará estar bem preparado para enfrentar o elevado déficit fiscal (governo central, estados e municípios) e a expressiva dívida pública. Uma solução satisfatória para o problema fiscal do setor público exigirá – por estimativas de diversos especialistas – um mínimo de cinco anos depois de acertados os passos de reformas, iniciando-se pela Previdência, e seguindo-se com mudanças na área tributária, além de reformas que mudem o perfil salarial do setor público. Racionalidade é requisito básico a ser associado a cada reforma estrutural de que o país precisa, a exemplo de mudanças nos sistemas de incentivos fiscais a empresas. É necessário melhorar também o funcionamento das agências reguladoras, em defesa da qualidade de serviços públicos e privados prestados ao cidadão (saúde, água e energia elétrica, telecomunicações etc.). Trata-se de dotar a economia brasileira de traços mais modernos, trazendo ao cidadão o devido padrão de eficiência e qualidade na provisão desses serviços.

No flanco das necessidades de financiamento do setor público, mudanças positivas na economia, recuperação mais rápida, redução do estoque da dívida e expectativas positivas trariam diminuição da taxa de juros de longo prazo, contribuindo significativamente para redução dos juros da dívida pública que compromete anualmente cerca de R\$ 400 bilhões.

Deve ser destacado que tal caminho de reformas pode, além de modernizar a economia brasileira, completar o leque de fatores favoráveis à aceleração do ritmo de recuperação da economia, iniciado em 2017, destacados neste e em edições anteriores do Boletim: inflação sob controle, taxa SELIC no menor patamar histórico e alto nível de reservas. A este conjunto adicione-se fato econômico de grande importância em momentos de recuperação de uma economia em crise: a capacidade ociosa do capital – máquina, equipamentos, instalações e da força de trabalho, garantindo que a retomada da expansão da economia se dará sem pressões inflacionárias.

Por fim, reitere-se – agora que se tem a perspectiva de um novo governo a partir de 2019 – o alto grau desafiador das contingências econômicas e sociais que o país enfrenta. É imperativo – para agentes institucionais, analistas econômicos de todos os matizes, lideranças da sociedade civil e toda a Nação – dar a devida importância aos desafios e ameaças do momento, e viabilizar uma concertação política que não sacrifique os avanços institucionais já conquistados. Isso implica acerto na saída da crise, e plena garantia de todos os sustentáculos institucionais da democracia brasileira, mantendo-se a solidez dos freios e contrapesos propiciados pelo poderes da República, o respeito aos, direitos civis e a preservação da liberdade de expressão.

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal do Comércio. Agosto/2018.**

**Pesquisa Mensal dos Serviços. Agosto/2018.**

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Setembro/2018.

**Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.** Setembro/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Setembro/2018

### EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

**Presidente:** Josias Silva de Albuquerque

**Diretora-executiva do Instituto**

**Fecomércio:** Brena Castelo Branco

**Economista:** Rafael Ramos

**Designer:** Nilo Monteiro

### EXPEDIENTE - CEPLAN MULTI

Osmil Galindo | Economista

Ademilson Saraiva | Economista

Roberto Alves | Estatístico

Jorge Jatobá | Economista

Tania Bacelar | Economista

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,  
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080  
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,  
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)  
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135  
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

